

Tânia Isabel Sousa Gualdino — a);
 Maria Margarida Nunes de Andrade Muchaxo — b);
 Tomás Fernandes Martins — b).

a) Candidatos excluídos por não terem comparecido à realização da prova de conhecimentos;

b) Candidatos excluídos por não terem comparecido à entrevista profissional de seleção.

Mais se informa que a referida lista, agora publicada, se encontra afixada no placard do Gabinete de Atendimento dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Cascais, bem como se encontra disponível para consulta no site da CMC em www.cm-cascais.pt.

27 de janeiro de 2014. — O Diretor Municipal, no uso das competências subdelegadas conforme despacho n.º 124/2013, de 2 de dezembro, *Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento*.

307587241

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

Aviso (extrato) n.º 2423/2014

Avaliação final relativa ao período experimental do trabalhador em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e por força do disposto no artigo 73.º do Regime, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, de acordo com o processo de avaliação elaborado nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que se encontra arquivado no respetivo processo individual, foi concluído com sucesso o período experimental da técnica superior Ana Isabel Rodrigues da Silva.

17 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Dr. Francisco Augusto Caimoto Amaral*.

307547527

MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

Aviso n.º 2424/2014

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 10 de dezembro de 2013, autorizei a licença sem remuneração por 60 dias a partir do dia 30 de dezembro do corrente ano à trabalhadora desta Autarquia, Cristina Maria Aguiar Dias Augusto, prevista nos termos do artigo 234.º e 235.º do Regime da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

19 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.

307510355

Aviso n.º 2425/2014

No uso da competência que me é conferida pela lei em vigor, torno público que, a trabalhadora, Isabel Margarida Brito Ferreira, com a categoria de Técnica Superior, cessou a relação jurídica de emprego público a tempo indeterminado nesta Autarquia, a partir do dia 17 de dezembro do ano 2013.

8 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.

307528735

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÉZERE

Aviso n.º 2426/2014

Para os devidos efeitos torna-se público, que por meu despacho de 20 de janeiro de 2014, no uso da competência que me é conferida na alínea a) do n.º 2 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeei, para o cargo de Secretário do Gabinete de Apoio Pessoal aos vereadores, a *Dr.ª Sandra Margarida Ferreira Carvalho*, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2014.

29 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores*.

307580923

MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Declaração de retificação n.º 163/2014

Para os devidos efeitos se retifica o aviso n.º 1351/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 21, de 30 de janeiro de 2014, onde deve ler-se, após o ponto 16):

«17) Dos 10 postos de assistente operacional (jardineiro) e dos 3 postos de assistente operacional (trolha) a concurso é fixada a reserva de 1 posto de trabalho para candidatos com deficiência, devidamente comprovada, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

Para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência terão de apresentar declaração do grau de incapacidade, tipo de deficiência, assim como indicar as respetivas capacidades de comunicação e expressão.»

30 de janeiro de 2014. — A Vereadora de Recursos Humanos (por delegação de competências conforme despacho de 2 de janeiro de 2014), *Dr.ª Adelina Paula Pinto*.

307583029

MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Aviso n.º 2427/2014

Provimento do cargo de chefe de divisão financeira e patrimonial

Em cumprimento do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro; e adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguir se publica o meu Despacho, datado de 02 de dezembro de 2013, a nomear, com efeitos no dia 01 de dezembro de 2013, o candidato Pedro Gonçalves da Cruz Grácio, no cargo de Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial, em Comissão de Serviço, por três anos, e a respetiva nota curricular relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

«Ao abrigo da competência prevista a alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e no âmbito do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro; e adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e considerando que:

1) Foi dado cumprimento ao estabelecido n.º 1 do artigo 20.º e artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro; e adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto; tendo sido efetuado procedimento concursal para o provimento do Cargo de Chefe de Divisão Municipal — Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau para a unidade orgânica flexível “Divisão Financeira e Patrimonial”, aberto conforme deliberação da Câmara Municipal do dia 10 de maio de 2013, e deliberação da Assembleia Municipal do dia 29 de junho de 2013, publicado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 144, datado de 29 de julho de 2013 (Aviso n.º 9711/2013), publicitado na Bolsa de Emprego Público, no dia 29 de julho de 2013 (n.º OE201307/0428), e no jornal de expansão nacional “Público”, na sua edição de 31 de julho de 2013;

2) O recrutamento para o cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau é feito de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo; e que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

3) Durante o prazo determinado para a apresentação de candidaturas, apresentaram-se ao procedimento, Pedro Gonçalves da Cruz Grácio e Rita Gomes Ferreira Anacleto Alonso, tendo esta última candidata estado ausente na prova de seleção para a qual foi devidamente convocada;

4) Findo o procedimento de recrutamento e seleção, o Juri elaborou uma proposta de designação nos termos da terceira ata de reunião de júri realizada em 24 de setembro de 2013, do candidato, Pedro Gonçalves da Cruz Grácio, por considerar que o mesmo reúne os requisitos gerais para o exercício do cargo de Chefe de Divisão, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro; e adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, em virtude de possuir conhecimentos e experiência na área Financeira e Patrimonial, capacidade de liderança e direção, de determinação em motivar uma equipa, bem

como a capacidade de comunicação, que o tornam apto a desempenhar funções nas áreas Financeira e Patrimonial, fatores indispensáveis às atribuições e objetivos do cargo a prover;

5) Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao Procedimento de Recrutamento e Seleção para o provimento, em Comissão de Serviço, para o Cargo de Chefe de Divisão Municipal — Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau para a unidade orgânica flexível “Divisão Financeira e Patrimonial.

Determino que:

1 — É nomeado em Comissão de Serviço, pelo período de três anos, Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial, o Técnico Superior, Pedro Gonçalves da Cruz Grácio.

2 — Esta nomeação produz efeitos no dia 01 de dezembro de 2013, por urgente conveniência de serviço.

Nota Curricular

Nome: Pedro Gonçalves da Cruz Grácio.

Data de Nascimento: 03 de novembro de 1976.

Habilitações Literárias: Licenciatura em Administração Pública.

Experiência Profissional na Administração Local:

É Trabalhador ao serviço do Município de Idanha-a-Nova e detentor de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, possuindo como antiguidade na carreira e na função pública, nove anos e dez dias.

É licenciado em Administração Pública pelo Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Gestão de Santarém.

Possui pós-graduação em Administração Autárquica, pela Universidade do Minho.

Exerceu o cargo de Chefe de Divisão, em Comissão de Serviço, da Divisão Financeira e Patrimonial, de 01 de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2013.»

2 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Eng.º Armindo Moreira Palma Jacinto*.

307589826

Aviso n.º 2428/2014

Eng. Armindo Moreira Palma Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, torna público que, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e em cumprimento da deliberação tomada em reunião do Executivo Camarária de 6 de fevereiro de 2014, se irá dar início ao período de elaboração da alteração do Plano Diretor Municipal de Idanha-a-Nova, com vista à alteração do regime de usos nos espaços não urbanos e do regime de edificabilidade das instalações agropecuárias.

Na sequência da deliberação atrás referida e para efeitos do n.º 2 do artigo 77.º do Regime legal já referido, a Câmara Municipal fixou o prazo de quinze dias, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República* para, quem pretender, formular sugestões ou apresentar informações sobre qualquer questão que possam ser consideradas no âmbito da Alteração do Plano Diretor Municipal.

As sugestões/informações deverão ser dirigidas, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, para a morada: Largo do Município, 6060-163 Idanha-a-Nova, ou através do Fax n.º 277200580, ou ainda do correio eletrónico: geral@cm-idanhanova.pt. Podendo também ser entregue pessoalmente nos serviços de atendimento ao público da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo.

6 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Eng.º Armindo Moreira Palma Jacinto*.

207601545

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 2429/2014

Procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para Técnico Superior (Arquitetura Paisagística) a que se refere o Aviso N.º 9477-A/2013 publicado no Suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, Parte H, de 23 de julho.

Nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º e para efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 36.º, todos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, avisam-se os interessados de que a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal supra identificado, devidamente

homologada, se encontra disponível na página eletrónica da CML, <http://www.cm-lisboa.pt> e afixada na *vitrine* junto ao Balcão Único Municipal do Edifício Central do Município, sito no Campo Grande, n.º 25, piso 0, 1749-099 Lisboa, ficando os candidatos constantes da referida lista notificados do ato de homologação da mesma, podendo do mesmo recorrer hierarquicamente, os termos do n.º 3 do artigo 39.º da já referida Portaria n.º 83-A/2009.

24 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

307581514

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 2430/2014

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na atual redação, torna-se público que, obtida a concordância do Município de Albufeira, procedeu-se à consolidação definitiva da mobilidade interna na carreira/categoria de Técnico Superior da trabalhadora Adriana Lisa Augusto Almeida Cavaco, pertencente ao mapa de pessoal daquela entidade, para o mapa de pessoal do Município de Loulé, ao abrigo do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua versão atualizada.

A referida consolidação opera-se no posicionamento remuneratório detido na entidade de origem (posição remuneratória entre 3.ª e 4.ª e nível remuneratório entre 19 e 22 da tabela remuneratória única), a que corresponde a remuneração mensal de 1.579,09 €.

Nos termos do artigo 72.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na atual redação, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com produção de efeitos a partir de 01 de dezembro de 2013 (não sujeito a período experimental).

4 de fevereiro de 2014. — A Vereadora (com competências delegadas em 21 de outubro de 2013), *Ana Isabel da Encarnação Carvalho Machado*.

307599684

MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

Aviso n.º 2431/2014

João Duarte de Carvalho, na qualidade de Presidente e em representação da Câmara Municipal da Lourinhã: Torna público, nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal, na sua reunião do dia 17 de dezembro de 2013, aprovou o Projeto de Regulamento Municipal de Uso da Marca “Lourinhã”. Nos termos do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, este projeto foi submetido a apreciação pública, tendo sido publicado no *Diário da República* a 7 de janeiro de 2013. Apesar do referido Edital conter um erro na referência ao Presidente da Câmara Municipal, o seu articulado bem como os prazos daí decorrentes mantêm-se, conforme anunciado. Torna ainda público, que o Projeto poderá ser consultado, no sítio da Câmara Municipal da Lourinhã www.cm-lourinha.pt ou no Balcão do Município, sito no edifício dos Paços do Município.

27 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã, *João Duarte de Carvalho*.

307573325

Aviso (extrato) n.º 2432/2014

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação de júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro (LVCR), torno público que, na sequência do concurso externo aberto pelo aviso n.º 10591/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, parte H, de 27 de agosto de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira, com efeitos a 10 de janeiro de 2014.

O trabalhador foi contratado para exercício de funções na categoria de fiscal municipal de 2.ª classe da carreira não revista de fiscal municipal, com a remuneração de € 683,13, correspondente ao índice 199, e